



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 29 de novembro a 05 de dezembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



CTASP aprova PL que regulamenta profissão de aeronauta

A Comissão de Trabalho aprovou, no último dia 25, o Projeto de Lei nº 8.255/2014, de autoria do Senado Federal, que dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave.

Após audiência pública para tratar do assunto na Comissão, além de diversas reuniões com a categoria, o Presidente da CTASP e relator do PL, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), conseguiu aprovar a proposição por unanimidade. O projeto foi aprovado nos termos do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes, com 34 subemendas.

Segundo Maranhão, o projeto se norteia pela proteção à saúde dos tripulantes de voo, considerando a aprovação de 10 dias de folga para prevenir a fadiga decorrente do exercício da profissão.

“Não houve, dentro da Comissão de Trabalho, quem

pudesse contestar o relatório. Nós tínhamos o parecer da ANAC, três acordos firmados entre os sindicatos, os empregadores”, afirmou o Presidente sobre a solidez do Projeto. Sua maior preocupação era a aprovação do artigo 53 do PL, relativo as 10 folgas mensais, já aprovado pela CVT. “Foi uma honra relatar esse projeto. Fiquei muito satisfeito com o posicionamento dos demais membros da CTASP, todos muito tranquilos”, concluiu.

O Diretor de Relações Institucionais do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Comandante Thiago Rosa, mostrou-se satisfeito com o relatório. “Nós chegamos a um ponto em que temos 100% de acordo com o sindicato agrícola e com o sindicato de taxi aéreo. Os aeronautas de todo Brasil agradecem a atitude do Presidente, que levou um projeto de segurança de voo a ser votado”, declarou.

Anistia de multa da GFIP é aprovada pela CTASP

A CTASP aprovou o Projeto de Lei nº 7.512/14, de autoria do Deputado Laércio Oliveira (SD/SE), que dispõe sobre a anistia da cobrança de multas geradas pela falta ou atraso na entrega da guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP). A cobrança tem fundamento na Instrução Normativa 971/2009. De qualquer forma, a Receita Federal só tomou as devidas medidas para exigir adimplência de tais obrigações recentemente, “aplicando multas grandes e prejudicando o regular funcionamento tanto das empresas quanto dos escritórios de contabilidade”, afirmou o relator, Deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE).

O Projeto de Lei anula débitos tributários e correspondentes inscrições em Dívida Ativa da União, extinguindo suas respectivas cobranças, geradas entre janeiro

de 2009 e dezembro de 2013. De acordo com o autor, a cobrança das dívidas poderá gerar mais desemprego, afinal “se uma empresa deixou de cumprir essa obrigação acessória, a multa chegará a trinta mil reais ao longo de cinco anos, o que fatalmente inviabiliza a continuidade da sua atividade, o que gerará desemprego sendo que o próprio Estado deixará de receber outros tributos advindos da sua operação”. Explicou, ainda, que a cobrança seria extremamente prejudicial aos profissionais de contabilidade.

“O governo tem trabalhado contra a matéria e conseguido retirá-la de pauta, sob a alegação de que a proposta implicará em perda de arrecadação ao Estado. Por isso, essa vitória na CTASP foi muito importante”, informou Laércio Oliveira.

Geovania de Sá lidera visita técnica ao Porto de Itajaí

Agência Câmara Notícias - editado

A CTASP vai encaminhar as reivindicações feitas pelos representantes dos trabalhadores do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, para a Secretaria de Portos da Presidência da República. Integrantes da comissão estiveram em Itajaí, na última sexta-feira (27), para discutir propostas capazes de tornar o porto mais competitivo.

O principal problema enfrentado atualmente é a perda gradual de profundidade no porto, o que inviabiliza a atracação de navios de grande porte. É necessário aumentar o volume dragado do rio, mas, para isso, é preciso fazer uma licitação, já que o porto é público.

A deputada Geovania de Sá (PSDB-SC) lembrou que 70% da renda do município são provenientes do movimento do porto. "O Porto de Itajaí hoje tem um impacto na economia do estado, bem como do município, fundamental. O porto está com sérias dificuldades, sérios problemas, fechando", declarou. "Nós temos que buscar alternativa porque isso acaba impactando a economia nacional também."

Os trabalhadores pediram que o saldo do FGTS dos trabalhadores do porto seja liberado até que o problema da dragagem seja resolvido. Segundo o sindicato, os trabalhadores estão há cinco meses vivendo com cerca de 40% de seu salário. Atualmente, o porto é responsável pela geração de 25 mil empregos.

Audidores são tema de audiência pública

Jornal da Câmara - editado

Representantes de auditores fiscais participaram de debate na Comissão de Trabalho e sugeriram alterações na tributação para aumentar a justiça fiscal no País. O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Cláudio Damasceno, pediu a aprovação da PEC 102/15, que estabelece novos parâmetros para a fixação de subsídio dos integrantes das carreiras de auditor-fiscal da Receita Federal, de auditor-fiscal do Trabalho e de delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil, a fim de definir que a remuneração das categorias seja correspondente a 90,25% do subsídio dos ministros do STF. O Deputado Cabo Sabino (PR-CE), que solicitou a audiência, criticou a desvalorização salarial da categoria e ressaltou a importância dos auditores para coibir a sonegação fiscal e garantir a arrecadação de receitas para o País. Cabo Sabino queixou-se ainda da ausência do secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, na reunião. "Comportamentos como esse deixam claro para o povo brasileiro como os auditores são tratados", disse o Deputado.

Perfil do Parlamentar

Deputado Daniel Vilela



Daniel Elias Carvalho Vilela nasceu em Itajaí, cidade-polo do Sudoeste goiano. Mudou-se para Goiânia ainda recém-nascido. Em 2009, graduou-se em Direito. No mesmo ano, tomou posse em seu primeiro mandato de vereador por Goiânia, obtendo, na campanha, 8.380 votos. Na Câmara Municipal de Goiânia, desempenhou a função de líder do PMDB.

Na Câmara, Daniel foi presidente da Comissão de Educação e Cultura, onde desenvolveu diversos projetos relacionados às áreas, entre outras ações. Dentre os projetos estão a regularização de 45 escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), reembolso-creche para os servidores e parcelamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o que facilita a aquisição da casa própria.

Em 2010 Daniel aceitou o desafio de concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa motivado principalmente por colaborar no desenvolvimento do Estado. Ficou entre os dez mais bem colocados, com 37.382 votos. Na Casa, foi escolhido líder da bancada do PMDB e tem apresentado projetos que contribuem com Goiás. Um exemplo é a implantação da meritocracia em todos os cargos comissionados da gestão estadual.

Este ano, é membro titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e suplente das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Agenda

17/12

Audiência Pública: Debater o PL nº. 2.043/2011, que Regula o exercício da profissão de paisagista

Horário: 10h **Local:** Plenário 12

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão** (SD/PB) | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>